

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

**LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES
NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-
mas Latino-Americanos**

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Lutas e organização política no meio rural brasileiro: notas a partir dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais

Caroline Araújo Bordalo⁶⁰

O propósito deste trabalho é analisar os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil a partir de uma perspectiva comparativa. Tais movimentos surgiram no final da década de 1970 e início na década de 1980 num contexto de intensa ebulição política e de forte questionamento do sindicalismo levado a cabo até aquele período. Dois movimentos serão norteadores para esse desiderato: o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas. Partimos aqui da hipótese de que ambos representam tradições políticas e formas distintas de diálogo com o Estado, o que nos permite compor um quadro amplo de análise que leve em consideração não apenas a efervescência política da década de 1980, mas as relações historicamente delineadas nacional e internacionalmente antes e depois desse marco. Trata-se, portanto, de estabelecer uma espécie de cartografia das relações construídas entre os movimentos sociais e as demais organizações (sindicalismo rural e sua forte tradição no Nordeste, o MST na região Sul, a Via Campesina, demais movimentos de luta pela terra) que compõe o campo de disputa pela representação política das trabalhadoras e trabalhadores rurais a partir da dinâmica com o Estado.

1. Introdução

Somos gente, somos força, temos que ter igualdade/ E do lado dos homens,
transformar a sociedade/ Vamos conquistar o espaço que tem no mundo
pra nós/ Chefiar os sindicatos e na política ter voz. (música, MMTR-Ne,
1990)

Começar a compreender os caminhos que levam à mobilização e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais exige que se considere quais foram as condições sociais que favoreceram a emergência dessas ações. No caso brasileiro, em determinados contextos históricos, podemos perceber o surgimento de movimentos políticos e organizações concomitantemente em diversos pontos do país. E se podemos dizer que esses conflitos possuem uma multiplicidade de dimensões, um verdadeiro mosaico, acredito também que uma perspectiva rica de análise deve

⁶⁰ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-RJ e docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ. Correio eletrônico: carolinebordalo@gmail.com.

buscar articular essas dimensões, identificando que fio liga os principais caminhos tomados pelos movimentos, entidades e organização no campo.

No caso das mulheres rurais, a participação nos “espaços da política” tem a década de 1980 como principal marco. Ainda que não seja sociologicamente possível descolar esse período das lutas históricas dos trabalhadores rurais desde pelo menos a década de 1950, sem dúvida, a década de 1980 é uma referência quando olhamos para os diversos movimentos de mulheres que despontaram em vários estados, todos formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

É nesse contexto que surgem o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1995.

Embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornaram possíveis o seu surgimento, podemos identificar a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos) a relevância de pensá-los a partir da articulação de uma situação local com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de “política”. Se é possível traçar semelhanças nessas experiências levadas a cabo de norte a sul do país, o fato de a literatura que se dedica a compreender tais movimentos ter abstraído os caminhos da socialização política que tornaram possíveis essas iniciativas acabou por dar contornos demasiadamente gerais so-

bre esse processo de organização das mulheres. Desse modo, e como aponta Cappellin (1994), os diversos envolvimento que se realizaram anteriormente e durante o engajamento na militância sindical são ocasiões ricas para caracterizar a pluralidade da aprendizagem do que a autora define como lealdade de base e que dá sentido à identificação de grupo.

Não raro, percebemos que, nesses estudos, os pressupostos da ação das mulheres conferem preponderância à sua condição subordinada política, econômica e socialmente. A sua condição social surge como explicação bem como a sua organização em movimentos autônomos numa conjuntura favorável. Desse modo, o itinerário que aqui consideramos como aspecto sociológico fundamental para perceber como esse processo se constrói é geralmente secundarizado em prol de uma perspectiva mais normativa e ampla sobre as mudanças que atingiram as mulheres rurais. Porém, mais do que compreender “o que mudou”, creio que compreender “por onde passa a mudança” possa nos levar a um caminho mais profícuo e nos apontar as reais semelhanças e diferenças entre essas experiências e melhor caracterizar os processos sociais em que se desenrolam.

Assim, a questão da participação da mulher e, sobretudo, a forma como essa participação é outorgada por cada movimento diz muito a respeito das questões colocadas para organizações como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a sua relação com a crescente oposição sindical iniciada na década de 1980 bem como acerca do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o Movimento de Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST), em 1984.⁶¹ Pois como observa Navarro (1996) foram os sindicatos e os movimentos sociais recém surgidos os principais canais que conferiram visibilidade política a iniciativa de organização das mulheres.

Esse contexto mais amplo não será abordado nesse artigo. No entanto, compreender o aparecimento desses movimentos compostos apenas por mulheres rurais não é possível sem considerar esses aspectos mais gerais. Interessa-nos aqui compreender o modo como essas mudanças no cenário político nacional se configura no caso de Pernambuco e da formação do MMTR-NE, onde a questão da participação política das mulheres surge a partir de mobilizações no sertão do estado, fruto de uma conjugação de circunstâncias e aspectos relacionados à atuação da Fetape, à atuação de lideranças sindicais ligadas aos movimentos de oposição sindical, à atuação do Estado e de um

⁶¹ À esse respeito ver Medeiros (1989).

período marcado por uma forte seca, acabam por formar a base social do engajamento de mulheres tanto nos movimentos independentes quanto no movimento sindical. Trata-se, portanto, de compreender a emergência dos movimentos de mulheres a partir da sua relação com forte tradição sindical do estado.

Nesse sentido, ao nos afastarmos de qualquer concepção naturalista do surgimento destes movimentos, acabamos por identificar uma rede de interdependência (ELIAS, 2002) entre determinados grupos num contexto onde a disputa em torno da representação política dos trabalhadores acaba por impor a dinâmica da organização nos anos seguintes. Assim, a despeito de uma perspectiva que busque uma causa única para a mobilização e organização das mulheres rurais, o que este artigo pretende abordar é a multiplicidade de dimensões sociais e políticas presentes na conformação de formas específicas de participação e do “fazer política” das mulheres rurais tanto em Pernambuco quanto na região sul do país, no caso do Movimento de Mulheres Camponesas, focando na relação dos aspectos supracitados.

Parto aqui de uma *démarche* sociológica de acordo com a qual o surgimento de organizações políticas e, sobretudo, dos movimentos de mulheres rurais devem ser entendidos não como uma espécie de resposta ou reação à uma determinada situação dada à priori ou ainda de um “desmascaramento” de uma situação de opressão e injustiça social. O que de alguma forma nos levaria à conceitos como o de “consciência política”, por exemplo. Trata-se, portanto, de compreender como a tradição sindical de Pernambuco imprime nas organizações de mulheres determinadas características que, sem esvaziar o sentido do surgimento destes movimentos, aponta para um princípio de explicação sociológica para a legitimação de uma concepção específica de política e como, no caso do MMC, nos leva a observar a construção do movimento como representante legítimo das mulheres rurais diante do Estado, conformando uma forma específica de diálogo.

2. Dos processos que unem aos que afastam sindicatos, movimentos e a disputa pela representação política no campo

Ao observarmos de forma mais detida o processo de consolidação destes movimentos, percebemos que ao mesmo tempo em que é relevante considerar os aspectos em comum e que tornavam possível a construção compartilhada de bandeiras de lutas específicas das mulheres rurais, é a partir de suas principais distinções que podemos encontrar uma chave de explicação sociológica acerca dos posicionamentos tomados nas duas últimas décadas. Se as primeiras iniciativas de or-

ganização estadual dessas mulheres nos permitiam tratar de forma mais genérica estes movimentos - os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) - o decorrer da década de 1980 e os anos seguintes trariam à tona diferenciações mais profundas entre estes, alertando para a necessidade de se abdicar de uma abordagem mais abstrata dessa experiência que surgiu concomitantemente em quase todos os estados do país.

Esse processo tem sido apontado de uma forma um tanto linear onde o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no início dessa década teriam levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Assim, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa* nesse contexto, e como coloca a definição do próprio movimento, engloba uma gama diversificada de situações:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. (MMC, 2004: p.1)

No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Nos Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, uni-

ficação e encaminhamento das lutas as avaliações dos movimentos presentes⁶² apontam para uma clara divisão.

Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere aos conflitos de gênero, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero.

A criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos. Ao contrário, embora tenha surgido a ANMTR, esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar ações no dia 8 de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Ao resgatarmos essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, queremos apontar que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de se fazer política são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas questões específicas relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas.

⁶² As organizações presentes foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetagro- RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE).

O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular politicamente, unificando esforços nesse sentido. Sem aprofundar a análise sobre este aspecto, Paulilo (2004) expõe essa diferenciação entre os movimentos da região sul e os movimentos da região nordeste, os quais seriam atrelados à estrutura do sindicalismo rural. Na perspectiva da autora, esse seria um aspecto emblemático da subordinação e da pouca autonomia construída por estes movimentos.

De acordo com o que foi citado, o que se depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como que, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos.

Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de autonomia para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equívoca. Sob esta ótica, os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição. Neste caso, tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente homogeneidade dos chamões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

Ao contrário, consideramos que a articulação política com outros movimentos, entidades e organizações dos movimentos de mulheres nada tem de irrefletido e que, de forma alguma, devem ser analisados como se respondessem às demandas dos movimentos mistos. Como se existisse uma espécie de tutela por parte destes em relação aos movimentos de mulheres e que, ao fim e ao cabo, respondessem às suas demandas no âmbito da disputa política mais ampla. Como exposto anteriormente, a relação entre os movimentos de mulheres e as organizações mistas são complexas, permeada por conflitos, mas também por aproximações, concordâncias e esse será um aspecto explorado em nossa pesquisa.

O que buscamos apontar pode ser sintetizado nestes pontos: *i)* a dicotomia novos/velhos movimentos nos limita na compreensão das relações entre movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres rurais, o movimento sindical rural e demais organizações atuantes neste contexto; *ii)* para além dos discursos dos movimentos de mulheres rurais, as relações estabelecidas entre espaços de participação e representação distintos tanto quando do seu surgimento quanto de sua consolidação, conformaram concepções de política (que aqui não será tomada simplesmente como uma questão de expressão máxima da racionalidade dos indivíduos mas como uma dimensão complexa que envolve posicionamentos e experiências históricas de grupos e indivíduos) diferenciadas; *iii)* se a relação estabelecida entre movimentos autônomos e movimentos mistos envolvem uma tentativa de controle por parte dos últimos, numa tentativa de tutela tal como observam Paulillo (2004) e Carneiro (2004), devemos também observar em que medida esta noção de tutela não é influenciada por uma expectativa externa à experiência destes movimentos.

Acreditamos que, após mais de três décadas de organização, reduzir esta relação a uma subordinação dos movimentos de mulheres nos impede de perceber seus questionamentos, as tensões inerentes a essa relações e que podem configurar mudanças significativas em determinados contextos, o processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas pela representação política das trabalhadoras rurais. Como foi apontado anteriormente, a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004 foi reivindicado como a consolidação e o amadurecimento do processo de organização das mulheres rurais nas diversas regiões do Bra-

sil, capaz de aglutinar categorias distintas por meio da identificação com a categoria “camponesa”.

63

Em trabalho de pesquisa anterior junto ao MMC, tais distinções aparecem de forma latente (BORDALO, 2005). O MMC, de abrangência nacional, possui sua sede em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Em 2005, estive na sede para realizar entrevistas com suas lideranças e compreender mais a respeito da atuação do movimento e dos motivos da sede ser no sul do país. Quando perguntava sobre a atuação do MMC em outros estados as respostas seguiam uma mesma narrativa: a região sul ainda era a “base do movimento”.

Outra dirigente me explicava que a unificação havia sido um importante passo, mas que “o movimento tem que ficar perto da sua base, uma vez que o Sul é sem dúvida a região mais ‘avançada’ no sentido da luta, do que nas outras regiões”, sendo esse o principal motivo da secretaria ser em Passo Fundo. Outra líder do movimento me dizia que “não tem nenhum movimento no Brasil que não tenha virado MMC, só em Pernambuco que não tem, lá as mulheres são viciadas em sindicato” e que, ao contrário, o momento era o de fortalecer “o movimento” como meio de conquistas de direitos sociais.

Nesses termos, podemos, grosso modo, perceber que estes movimentos se orientam por concepções distintas de política que dizem respeito a aspectos conjunturais da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais, mas que também nos remete ao processo histórico de organização destes trabalhadores. Por essa razão, entender quem são essas mulheres “que buscam fortalecer o movimento” em contraposição às mulheres “viciadas em sindicato”, em que pese as tradições políticas levadas à cabo tanto no Sul quanto no Nordeste do país, nos remete diretamente às formas de socialização destas.

Desse modo, podemos que o fato de se constituir como um movimento independente, não fez com que fosse possível uma articulação com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos.

⁶³ Tal reivindicação é compartilhada tanto pelo próprio movimento quanto por autores como Paulilo (2004).

3. O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

“Ocupamos o espaço no campo sindical e hoje temos mulheres sindicalizadas, delegadas de base, dirigentes em sindicatos, federações e confederação fortalecendo assim a organização das mulheres no sindicalismo” (grifo meu, MMTR-NE, 1996)

Para compreender o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1987 é preciso compreender a gama de possibilidades postas para os movimentos independentes de mulheres rurais na década de 1980. Dada a formação de diversos movimentos de mulheres rurais tenta-se, nesse período, criar possibilidades de uma articulação mais ampla, que viabilize ação concreta para além do contexto e das demandas locais de cada estado. Assim, em 1986 é realizado o primeiro encontro nacional de mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais. Entretanto, a proposta de participação dos estados do nordeste teria surgido após a viagem de uma liderança do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo da Paraíba para o Rio Grande do Sul.

Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam. Limitando-se a resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro foi seminal para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste em 1986, e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul), em 1988.⁶⁴ Ainda que não se tenha levado à cabo a proposta de uma articulação nacional, no 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Alice Falcão, representante do MST faz um relato da luta pela reforma agrária no Rio Grande Sul. De onde podemos inferir que, em certo sentido, esse fato indicava uma possibilidade de articulação futura.

⁶⁴ Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e, mais recentemente em 2004, o Movimento de Mulheres Camponesas. Dados recentes da pesquisa mostram que a ANMTR (que não existe mais) tinha pouca representatividade nos estados do nordeste. Sua “base” eram os MMTRs dos Estados do Sul e que atualmente compõe o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Ao observamos as questões presentes nos anais dos encontros do MMTR-NE, nota-se a referência constante à necessidade de sindicalização das mulheres e de formação para uma “atuação qualificada” nos sindicatos desde o primeiro encontro. Como questões principais aparecem: “campanha para esclarecer a importância de se associar, dos direitos, papel da mulher na sociedade; se capacitar politicamente para assumir cargos/ coordenações; incentivar participação e associação, troca de experiências com companheiras que já conquistaram o espaço (dirigentes sindicais); troca de experiências de lutas de sindicalização, etc.” (MMTR-NE) Entretanto, a visão sobre a importância de se associar e dos sindicatos como forma legítima de representação viria a se tornar um divisor de águas entre as articulações regionais, MMTR-NE e AIMTR-SUL, e que tem ao longo desses anos aprofundado as divergências de concepção política.

Desde o início, o MMTR-NE contou com as mesmas lideranças do MMTR-Sertão Central e não por acaso sua sede foi por de vinte anos em Serra Talhada. A formação de uma articulação regional teria dado fôlego à continuidade às atividades, ampliando as bandeiras e demandas que por dois anos foi pautada pelo MMTR-Sertão Central. As dificuldades de mobilização, organização e, sobretudo, de articulação nos e entre os estados, delegaria à Pernambuco uma espécie de direção do movimento. O fato de ter nascido do estado uma organização mais sólida, (dada a relação com a Fetape) teria contribuído para que grande parte da dinâmica do movimento seja pautada pelo cenário político de Pernambuco. Desde os primeiros momentos da formação até os dias de hoje a alternância entre MMTR-Sertão Central, MMTR-NE e Fetape é comum à trajetória de muitas lideranças como, por exemplo, Vanete, Cícera, Auxiliadora Cabral, Lúcia Lira e Margarida Pereira. Assim como é significativo que uma cópia da tese apresentada no IV Congresso da Contag componha os anais do 1º Encontro do movimento.

Com atuação nos nove estados do nordeste, o MMTR-NE possui atualmente uma capilaridade significativa de trabalhos com mulheres rurais, contando com cerca de 450 grupos de base. Cabe aqui pontuar que, mesmo nos grupos de base, não há mulheres que pertençam à outros movimentos de mulheres que não aos MMTRs de cada estado ou aos sindicatos ligados às respectivas federações. Na própria estrutura organizativa do movimento é possível identificar a influência da relação com os sindicatos seja pelo fato de que todas as dezoito dirigentes ocupam cargos nos sindicatos, ou ainda na própria estrutura do movimento que possui, além duas dirigentes e cerca de 20 sócias em cada estado. Em julho deste ano, foi realizada na Câmara de Vereadores de Caruaru uma oficina do Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, com a participação de 85 mulheres rurais do sertão do estado. Todas filiadas à sindicatos.

Todo esse entrelaçamento presente na composição do MMTR-NE nos aponta para a impossibilidade de compreender qualquer “movimento” fora de um campo de relações que fazem parte tanto do seu histórico como corresponde à uma determinada experiência social. E se atualmente podemos falar de duas grandes articulações de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas, devemos nos perguntar quais são suas interseções e quais distinções mais profundas inviabilizam uma iniciativa que, em meados da década de 80, esboçou a proposta de uma articulação nacional de mulheres rurais. Quando em 1995 surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, alguns momentos pontuais uniram o MMTR-NE e a AIMTR- Sul como, por exemplo, numa massiva campanha de documentação da mulher trabalhadora rural. Entretanto, cada articulação regional possuía uma dinâmica própria de atuação e não uma mínima diretriz conjunta que retomasse o projeto anterior. Entretanto, desde o início da década de 1990 a proposta de uma única articulação sequer aparece na pauta dos movimentos e por volta de 1995 a oposição à AIMTR-Sul torna-se clara nos relatórios do MMTR-NE.

No caso específico do MMTR-NE uma questão é fundamental. Ao colocar o sindicato como espaço por excelência de representação do trabalhador rural, o trabalho desenvolvido durante esses vinte anos em nenhum momento disputou essa representação. Por mais que conflitos fossem constituintes desta relação, estes eram de outra ordem e se relacionavam, sobretudo às disputas internas à estrutura sindical, uma vez que podemos dizer que ao mesmo tempo em que o peso da demanda pela inserção das mulheres nos sindicatos sofreu variações em cada período do movimento, ela é uma presença constante até os dias atuais.

Desse modo, conclui-se que fato de se constituir como um movimento independente, não fez com que fosse possível uma articulação com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos. Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido. Desse modo, é compreensível a realização conjunta de eventos como o 8 de março ou ainda a Marcha das Margaridas pela CONTAG e pelo MMTR-NE e a ausência do Movimento de Mulheres Camponesas, do MST e da Via Campesina. Ou seja, o MMTR-NE constitui-se cotidianamente como parte de um campo de relações que não apenas não compartilha po-

sições políticas com outros movimentos mas que consolida os sindicatos como representação política legítima dos trabalhadores rurais.

4. Considerações finais

A literatura acadêmica que se debruça sobre as ações coletivas e movimentos sociais contemporâneos apontam para os movimentos de mulheres como protagonistas de uma das mais significativas transformações sociais na redefinição de relações entre homens e mulheres. Sem dúvida, esta é uma dimensão fundamental e parte de um processo longo e de intensas mudanças das sociedades. Chama a atenção o fato de que, na análise acerca dos “movimentos de mulheres trabalhadoras rurais” presente em parte significativa da literatura, a ênfase recai sobre as noções de ‘movimento’ e de ‘mulheres rurais’. O termo ‘trabalhadora’ é subtraído sem que se pesem as consequências dessa ausência. Isto é, problematiza-se teoricamente o movimento, problematiza-se o gênero bem como as diferenças entre mulheres urbanas e rurais (sobretudo a partir da perspectiva da conquista de direitos sociais por uma e outra), desnaturaliza-se uma série de concepções para, ao final, reificar categorias sociológicas fundamentais como *trabalho* e *representação política* e, sobretudo, reifica-se o processo social onde essas categorias são dotadas de sentido sociológico.

Se, autoras como Capellin (1994, 1987) e Carneiro (1994, 1987) se dedicaram a compreender como se dera a inserção das mulheres rurais nos sindicatos e nos movimentos de luta por terra, a produção acadêmica posterior parte do próprio movimento de mulheres rurais já constituído para analisar as mudanças decorrentes da sua organização e participação política. Assim, existe uma imensa lacuna entre esse processo que compreende o engajamento das mulheres nas lutas encampadas pelo sindicalismo rural e por outros movimentos sociais e a formação dos movimentos independentes de mulheres trabalhadoras rurais. Ou seja, de um lado temos alguns poucos estudos que se dedicam a compreender os fatores relevantes para a entrada das mulheres na vida sindical e nos movimentos sociais e, de outro, temos uma gama de pesquisas que não problematizam o processo de formação destes movimentos. Estes surgem como algo dado, como se sua existência fosse auto-evidente, uma vez que geralmente é percebido como consequência necessária de uma situação de dominação e opressão por parte das mulheres rurais.

Por esse viés, perde-se todo o caminho trilhado por essas mulheres, os reais processos que conferem sentido e significado a esses movimentos em favor de uma perspectiva normativa que visa medir a eficiência destes em operar transformações significativas. Dito isto, as questões que

subjazem este artigo foram: “como pensar teórico-metodologicamente tais transformações no meio rural brasileiro? Como pensar estas mudanças sem reificar a dinâmica deste mesmo processo ou ainda sem cair no fetichismo da categoria “movimento” como se fosse possível localizar uma espécie de “epicentro” da mudança social?

O caso de Pernambuco traz um desafio que nos parece exemplar: a existência de dois “movimentos” que por mais de vinte anos se fortaleceram a partir de uma relação intensa com o sindicalismo de uma das federações mais atuantes do país, a Fetape. Ressalte-se, portanto, que neste caso, pensar em termos dicotômicos nos ajudaria pouco a compreender em que cenário essa relação se estabelece e como se nutre pelo cotidiano da vida sindical. A partir do que foi exposto até agora podemos dizer que o “fazer política” das mulheres pernambucanas estão pautadas por uma concepção de política onde o sindicato se constitui como um espaço privilegiado. Obviamente, não se trata aqui de subsumir tanto o MMTR-Sertão Central quanto MMTR-NE à história do sindicalismo em Pernambuco. Ao contrário, trata-se de chamar atenção para um determinado tipo de socialização política que de acordo com Capellin, “diz respeito às influências e aos processos que fazem com que um indivíduo se torne um sujeito político”⁶⁵.

Essa relação de sentido entre movimentos de mulheres e sindicatos no caso de Pernambuco, foi aqui compreendida à partir das proposições de Norbert Elias. Atento à dinâmicas das relações sociais, Elias vai de encontro a qualquer abordagem teleológica dos processos de onde estas emergem. Portanto, podemos apontar para duas colocações. Em primeiro lugar, a experiência das mobilizações de mulheres no sertão de Pernambuco, não estavam de modo algum apartadas de uma dinâmica política mais ampla onde tanto a atuação da Fetape como a da Contag passavam por um momento de crescente instabilidade e questionamento por outros setores que surgiram com força no meio rural brasileiro. Se por um lado o discurso da “necessidade de organização da mulher no campo” extrapola fronteiras com o aparecimento de diversos grupos e organizações sob a denominação de “mulher trabalhadora rural” em quase todos os estados do país, é a disputa pela representação política dos trabalhadores rurais que acaba por imputar conotações específicas à esses movimentos em regiões como o Sul e o Nordeste do Brasil.

⁶⁵ De acordo com a autora: “A ação política e a não ação não responde somente a posição das pessoas no sistema de interesses na sociedade, nem tampouco há uma perfeita coincidência entre posição de classe e consciência política. É neste ponto que se insere a problemática da socialização política, considerada como conjunto diversificado de processos, influências e de fatores que entram a compor a adesão dos indivíduos à um sistema de regras político-sociais” (CAPELLIN, 1994:3)

E a análise, ainda que breve, de um movimento que atua a nível estadual e outro que busca ampliar suas bases para os demais estados da região são significativos quando o situamos no contexto político de surgimento dos movimentos no início da década de 1980 bem como nas propostas de uma nacionalização do movimento em meados dessa década e, ao mesmo tempo, da não viabilidade dessa proposta dados os encaminhamentos mais gerais da política agrária e do posicionamento de outros grupos, entidades e movimentos sociais nos anos que se seguiram.

Em segundo lugar, ainda que autoras como Carmem Diana Deere (2002) apontem com razão que o tema da participação das mulheres permaneça um dentre vários outros tanto no movimento sindical como nos movimentos de luta pela terra, alterações significativas vêm ocorrendo e o caso de Pernambuco demonstra vitalidade nesse sentido, apesar dos muitos obstáculos. O que em geral pode obscurecer alguns processos é a procura pela articulação coerente entre classe e gênero, preocupação que pauta alguns estudos dedicados ao tema e que, pautados pela noção de “movimentos sociais” (e da sua suposta maleabilidade e capacidade de construir “novas” relações sociais), tendem a enxergar nos sindicatos uma estrutura rígida e pouco capaz de operar grandes transformações sociais. Portanto, não se trata de apontar os “reais protagonistas da mudança” mas de colocar que os movimentos de mulheres em Pernambuco trazem uma novidade significativa na medida em que, ao mesmo tempo em que se voltam para a atuação sindical, ao longo desses anos acabaram por alterar o modo de inserção das mulheres nos sindicatos.

Assim, a atuação tanto do MMTR-Sertão Central quanto do MMTR-Ne tem ao mesmo tempo em que cria um espaço político para as mulheres rurais acabam também por fortalecer os sindicatos como via de representação política dos trabalhadores no campo, direcionando suas reivindicações por dentro e para a democratização da estrutura sindical. Portanto, essa breve reflexão buscou não lançar mão de classificações à priori apontando para as possíveis permanências tais como a forte hierarquia ou ainda o machismo presente no cotidiano sindical, como uma espécie de “mais do mesmo”. Mesmo porque o sindicalismo rural não possui nenhum privilégio nesse sentido se comparado à outros espaços da sociedade.

5. Bibliografia

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. (2006); *As mulheres no sindicalismo rural*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Ed. Universitária da UFPE. Recife

_____. (2003); *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições 1962-1987*. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife.

CAPPELIN, Paola. 1994. *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu.

_____. (1987); *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas, Paraíba.

CORDEIRO, Rosineide. (2006); *Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Ed. Universitária da UFPE. Recife.

_____. (2004); *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo.

ELIAS, Norbert. (2002); *Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro

_____. (1995); *Mi trayectoria intelectual*. Ediciones La península. Barcelona.

MEDEIROS, Leonilde. (1989); *História dos Movimentos Sociais no Campo*. FASE, Rio de Janeiro.

NAVARRO, Zander. (org) (1996); *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Editora da UFRGS. Porto Alegre.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. (1997); *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: reflexão sobre a questão agrária*, Debates CPDA N° 1. Rio de Janeiro.

PANDOLFI, Maria Lia. (1986); *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. (2000); *Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho. Florianópolis.

_____.(2004); *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, 12(1): 360, janeiro-abril/. Florianópolis.

_____.(2007); PAULILO, Maria Ignez. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil..* Mimeo.

_____. (2009); *Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt*. Mimeo.

REIS, Elisa. 1998. *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política*. Contracapa. Rio de Janeiro.

SALES, Celecina de Maria Veras. (2007); *Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Estudos Feministas, 15(2): 240, maio-agosto. Florianópolis.

SALVARO, Giovana Ilka. (2010); LAGO, Mara Coelho de S. WOLFF, Cristina S. *Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades.*: Psicologia & Sociedade, 25(1), 79-89. Florianópolis.

SANTOS, Roselí Alves. (1991); *A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná*. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010. Rio de Janeiro.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. mimeo. Recife.